

A DISCIPLINA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: uma análise do perfil nas Universidades do estado de São Paulo

Viviane Rodrigues¹
Adriana do Carmo Bellotti²

Resumo: o presente estudo teve como objetivo analisar o perfil das disciplinas de Língua Brasileira de Sinais- Libras, ofertadas nos cursos de Pedagogia de quatro universidades do estado de São Paulo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental por meio da análise dos planos de ensino, matrizes curriculares e projetos políticos pedagógicos. Foram realizadas as análises das categorias: modalidade de ensino; carga horária das disciplinas de Libras; objetivos propostos; conteúdos teóricos e práticos; metodologias dos documentos analisados. Os resultados apontaram que predomina a modalidade presencial, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento da formação dos professores; os conteúdos teóricos perpassam pela história da educação de surdos, diferentes abordagens educacionais, aspectos clínicos da surdez e gramática da Libras; quanto à prática da Libras, verificou-se que os conteúdos abordados envolvem a exploração do alfabeto manual, relações temporais, alguns verbos e expressões não-manuais; e a carga horária das disciplinas foi variada, de 30 a 90 horas, e em alguns casos apresentou-se como insuficiente para o aprofundamento e aprendizagem de uma língua gestual-visual. No que tange às metodologias, as disciplinas atendem de forma elementar, pois não possibilitam um amplo conhecimento de questões teóricas e históricas da surdez e prática fluente da língua. Conclui-se que é necessária uma regulamentação para essa disciplina a fim de normatizá-la e de trazer orientações que definam seu perfil de modo a promover um ensino de qualidade no curso de Pedagogia.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Formação inicial. Pedagogia. Universidades

THE SUBJECT OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE IN PEDAGOGY COURSES: an analysis of the profile in the Universities in the state of São Paulo

Abstract: the present study aimed to analyze the profile of Brazilian Sign Language- Libras subjects offered in Pedagogy courses at four universities in the state of São Paulo: Federal University of São Carlos (UFSCar), São Paulo State University (Unesp), University of São Paulo (USP) and State University of Campinas (Unicamp). However, documentary research was carried out through the analysis of the teaching plans, curriculum matrices and political pedagogical projects. Analyzes of the following categories were carried out: teaching modality; Libras subjects workload; proposed objectives; theoretical and practical content; methodologies of the documents analyzed. The results showed that the face-to-face modality predominates, whose objective is to contribute to improving the training of teachers; the theoretical contents permeate the history of deaf education, different educational approaches, clinical aspects of deafness and Libras grammar; regarding the practice of Libras, it was found

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Doutora em Educação Especial. Grupo de Pesquisa “Deficiências Físicas e Sensoriais”. <http://lattes.cnpq.br/1649678404661631>. <https://orcid.org/0000-0002-9351-5454>. E-mail: viviane.rodrigues1@unesp.br.

² Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Doutora em Educação Escolar e pós-graduada em Tradução e Interpretação de Libras/Português. Grupo de Estudos e Pesquisas no Ensino Básico e Educação Especial - GEPEB-EDESP”. <http://lattes.cnpq.br/0405520985935681>. <https://orcid.org/0000-0003-2132-0006>

that the content covered involves the exploration of the manual alphabet, temporal relationships, some verbs and non-manual expressions; and the workload of the subjects was varied, from 30 to 90 hours, and in some cases it was insufficient for the deepening and learning of a manual-visual language. Regarding methodologies, the subjects serve in an elementary way, because they do not enable broad knowledge of theoretical and historical issues of deafness and fluent practice of the language. It is concluded that regulation is necessary for this subjects in order to standardize it and provide guidelines that define its profile in order to promote quality teaching in the Pedagogy course.

Keywords: Brazilian Sign Language. Initial training. Pedagogy. Universities

LA ASIGNATURA DE LENGUA DE SIGNOS BRASILEÑA EN LOS CURSOS DE PEDAGOGÍA: un análisis del perfil en las Universidades del estado de São Paulo

Resumen: el presente estudio tuvo como objetivo analizar el perfil de las asignaturas de Lengua de Signos Brasileña- Libras ofrecidas en los cursos de Pedagogía de cuatro universidades del estado de São Paulo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidad Estadual Paulista (Unesp), Universidad de São Paulo (USP) y Universidad Estadual de Campinas (Unicamp). Para ello, se realizó una investigación documental a través del análisis de los planes de enseñanza, matrices curriculares y proyectos políticos pedagógicos. Se realizaron análisis de las categorías: modalidad de enseñanza; carga horaria de las asignaturas de Libras; objetivos propuestos; contenidos teóricos y prácticos; metodologías de los documentos analizados. Los resultados mostraron que predomina la modalidad presencial, cuyo objetivo es contribuir a mejorar la formación de los docentes; los contenidos teóricos permean la historia de la educación de los sordos, los diferentes enfoques educativos, los aspectos clínicos de la sordera y la gramática de Libras; respecto a la práctica de Libras, se encontró que el contenido abordado involucra la exploración del alfabeto manual, relaciones temporales, algunos verbos y expresiones no manuales; y la carga horaria de las disciplinas varió, de 30 a 90 horas, y en algunos casos fue insuficiente para el estudio en profundidad y el aprendizaje de un lenguaje en el canal manual-visual. En cuanto a las metodologías, las disciplinas las cubren de forma elemental, ya que no posibilitan un conocimiento amplio de las cuestiones teóricas e históricas de la sordera y la práctica fluida del idioma. Se concluye que es necesaria una regulación de esta disciplina a fin de estandarizarla y brindar lineamientos que definan su perfil para promover una enseñanza de calidad en la carrera de Pedagogía.

Palavras-clave: Lengua de Signos Brasileira. Formação inicial. Pedagogia. Universidades

Introdução

Estudos têm mostrado que é pela linguagem que o ser humano é colocado no mundo e aprende a se comunicar, a pensar e a se organizar interiormente (Vygotsky, 1989; Fernandes, 1998; Lodi, 2012; Lacerda, 2013; dentre outros). De acordo com Fernandes (1998), a linguagem não cumpre somente a função de comunicação, mas é um dos principais instrumentos de desenvolvimento dos processos cognitivos do ser humano.

Para Bakhtin (1990) a linguagem é dialógica, ou seja, os discursos são produzidos coletivamente emergindo na relação com o outro. A linguagem tem vida em um espaço enunciativo-discursivo, instituída em um processo concreto em que o signo se instaura

ideológico e dialogicamente. Nesta perspectiva, a linguagem é mais do que um sistema linguístico. De acordo com o autor, a palavra é um signo social atrelada às práticas discursivas da linguagem, pois está a serviço de uma prática social, atuando como organizadora do pensamento e planejadora da ação para além do seu aspecto comunicativo.

Como a linguagem assume papel central para a constituição dos sujeitos e “a materialidade da linguagem oral constitui em si um empecilho para o desenvolvimento da linguagem por crianças surdas [...]” (Lodi; Luciano, 2012, p. 36), tornam-se necessárias condições linguísticas e socioculturais adequadas para a apropriação da linguagem pelo surdo.

O desenvolvimento da linguagem do surdo acontece de maneira análoga aos ouvintes por meio da Libras – Língua Brasileira de Sinais – pois, esta possui todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural (Gesser, 2009). Neste sentido, a linguagem tem papel fundamental na apropriação e na construção dos conceitos pelo surdo. É um aspecto da identidade por meio do qual nos relacionamos socialmente com o outro e compartilhamos da sua cultura (Berger; Luckmann, 2004).

Um dos aspectos da linguagem é a língua. Fernandes (2003, p. 17) define que as línguas “podem ser orais-auditivas ou espaço-visuais”. As orais-auditivas são aquelas que utilizam a audição como forma de recepção e a oralização como forma de reprodução. As línguas espaço-visuais são aquelas produzidas por sinais manuais e são recebidas pela visão (Fernandes, 2003).

A história nos mostra que a língua de sinais não tem o prestígio das línguas orais-auditivas por seu canal comunicativo ser diferente. Quadros (1997) pontua diferenças entre as duas línguas e suas respectivas modalidades:

São sistemas linguísticos independentes dos sistemas das línguas orais. São línguas naturais que se desenvolvem no meio em que vive a comunidade surda. As pessoas surdas de uma determinada região encontram-se e comunicam-se através de uma língua de sinais de forma análoga a qualquer outro grupo sociocultural que utiliza a língua falada (Quadros, 1997, p. 46-47).

Mesmo existindo há séculos e sendo utilizada por surdos do mundo inteiro, a língua de sinais foi proibida devido às decisões tomadas no Congresso de Milão, em 1880. Este foi um momento obscuro na trajetória dos surdos, uma vez que um grupo de ouvintes decidiu excluir a língua gestual do ensino dessas pessoas, substituindo-a pelo oralismo. Com isso, devolveu-se ao sujeito surdo a condição de falta, de quem deveria se igualar a um padrão de normalidade,

bem como à linguagem a condição de não concebida fora da oralidade (Costa, 2010).

No entanto, ao redor do mundo, inúmeros documentos reconheceram a língua de sinais e apoiaram seu uso e difusão, indicando a necessidade de garantir ao surdo o direito ao acesso às informações e, conseqüentemente, sua inclusão social de maneira mais adequada. A Declaração de Salamanca, por exemplo, menciona o seguinte sobre a língua de sinais:

A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos (Brasil, 1994, p. 7).

Neste período, mesmo havendo pesquisas que defendiam a importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda e para a inclusão escolar, ainda existiam dúvidas sobre o seu status linguístico, por isso o uso da expressão “linguagem de signos”. Ainda assim, tratou-se de um avanço, considerando a importância da Declaração e sua visibilidade.

Destarte, foi somente em 2002 que no Brasil a língua de sinais foi oficializada pela Lei nº 10.436 (Lei de Libras) e ganhou reconhecimento e respeito como a língua de um grupo socialmente minoritário. Com isso, a Libras passou a ser reconhecida com o status de língua, ou seja, um sistema linguístico, corroborando o que afirma Sacks (1990): as línguas de sinais apresentam sintaxe, gramática e semântica completas, mas possuem caráter diferente daquele das línguas escritas e faladas.

A Libras, enquanto língua, possibilita a estruturação e expressão do pensamento. Neste sentido, Quadros (1997) ressalta o seu papel para os surdos, pois:

A voz dos surdos são as mãos e o corpo que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no 'mundo dos surdos' e 'ouvir' as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a 'língua de sinais'. Permita-se 'ouvir' essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem 'ouvir' o silêncio da palavra escrita (Quadros, 1997, p. 119).

Desta forma, a Libras é entendida como língua natural, pois é adquirida de maneira espontânea pela criança surda, sem que haja treinamento específico para isso; ela favorece a

estruturação do pensamento, o acesso ao conhecimento de mundo e a aprendizagem dos conteúdos curriculares (Granemann, 2017).

Concomitantemente, a oficialização da Libras gerou debates sobre a sua importância na educação de surdos. No texto da lei destaca-se o artigo 4º que dispõe sobre o ensino de Libras nas universidades:

Art. 4º – O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (Brasil, 2002).

Constata-se, assim, que pela primeira vez uma legislação valoriza a difusão da língua de sinais e propõe que seu ensino seja garantido.

Em seguida, no ano de 2005, foi publicado o Decreto nº 5.626 que regulamentou a Lei de Libras cujo um dos aspectos que deve ser destacado é a inclusão da disciplina de Libras como componente curricular obrigatório. Considerando tal obrigatoriedade, quando os profissionais em formação forem ensinar para alunos surdos em suas respectivas áreas de conhecimento, haverá uma melhor compreensão entre ambos, favorecendo o processo de inclusão.

A inserção da disciplina de Libras em tais cursos e o seu ensino para os licenciandos é um tema que exige um olhar de atenção sobre a sua implementação e exercício dentro das instituições, pois envolve a formação de futuros professores. Segundo Santos e Campos (2013, p. 240), “propõe-se uma formação de professores mais atenta às singularidades e necessidades do aluno surdo e, dessa forma, comprova-se a importância da língua de sinais para a educação de indivíduos surdos”.

Tanto o Decreto quanto a Lei de Libras, culminaram a partir das mobilizações e lutas das comunidades surdas por seu reconhecimento e pelo reconhecimento de sua língua assegurando-lhes o direito linguístico de se comunicarem por meio da sua língua materna. Conforme Santos e Campos (2013, p. 240), tais documentos “demonstram uma preocupação com a formação inicial das crianças surdas que a partir deste momento têm direito à educação bilíngue e, para isso, o domínio da Libras por parte do professor torna-se indispensável”.

O reconhecimento da Libras como primeira língua dos surdos significa que eles podem estar inseridos em qualquer ambiente social e educacional, reconhecendo-os, também, como cidadãos de direitos. Com isso, faz-se necessária a qualificação dos professores que atuarão na educação desses alunos solidificando a Libras na grade curricular dos cursos de licenciatura a fim de difundir essa língua entre os ouvintes.

É evidente que o avanço legal trouxe conquistas importantes para a população surda, cuja história é marcada por negligências e pelo poder ouvintista sobre sua vida. Com a inserção da disciplina de Libras como obrigatória ou optativa no currículo do ensino superior inaugura-se, então, uma nova visão acerca da pessoa surda; na escola regular incita uma nova política educacional que atenda as especificidades linguísticas e culturais desse grupo minoritário, exigindo mudanças nas práticas, nas estruturas educacionais e na formação do professor.

Em concordância com Lacerda (2009), pode-se assegurar a efetivação das políticas inclusivas sob a ótica de uma perspectiva bilíngue, sendo necessário que a formação de professores contemple aspectos relacionados à língua de sinais e à surdez, possibilitando a comunicação mínima com alunos surdos.

No entanto, Saviani (2009) afirma que, ao longo do tempo, destaca-se a precariedade de políticas formativas cujas tentativas de mudança não atingiram um padrão minimamente consistente de formação docente para enfrentar os problemas da educação escolar em nosso país. E, é nessa formação de professores historicamente inconsistente que a disciplina de Libras é inserida com o intuito de preparar os futuros professores para atuarem com alunos surdos.

Dessa forma, podemos inferir que a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, em todas as instituições de ensino superior, fortalece a inclusão escolar do aluno surdo, pois a escola precisa ser organizada de forma a considerar e respeitar a condição linguística desse aluno, garantindo que ele tenha acesso aos conhecimentos e aos conteúdos historicamente construídos pela humanidade e, para isso, cabe ao professor criar condições e maneiras de o aluno acessar esse conhecimento (Lacerda; Lodi, 2009). Uma formação de professores consistente é capaz de prepará-los para encaminhar as ações de ensino por meio da língua de sinais, respeitando a cultura do aluno surdo.

A fim de atender ao Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005), no que tange à formação de professores, observa-se que a disciplina de Libras vem sendo ofertada sem uma diretriz nacional

sobre a sua estrutura e organização, ou seja, quais conteúdos devem ser abordados, a modalidade de ensino adequada às necessidades de aprendizagem de uma língua viso-gestual, a carga horária mínima que garanta a aprendizagem a nível básico da Língua, enfim, uma orientação que proporcione a oferta com qualidade e eficácia.

Mediante o exposto, a partir da necessidade de discussão e reflexão sobre a oferta da disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia, o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil das disciplinas de Língua Brasileira de Sinais – Libras ofertadas nos cursos de Pedagogia de quatro universidades do estado de São Paulo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): unidades de São Carlos e Sorocaba; Universidade Estadual Paulista (Unesp): unidades de Araraquara, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto; Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade de São Paulo (USP): unidades de Ribeirão Preto e São Paulo. Foram selecionadas todas as unidades das quatro universidades que ofertam o curso de Pedagogia.

Método

A pesquisa realizada caracteriza-se por uma pesquisa documental que teve por finalidade analisar os seguintes documentos: planos de ensino, os projetos políticos pedagógicos e as matrizes curriculares de todos cursos de pedagogia quanto à disciplina de Língua Brasileira de Sinais de quatro universidades públicas do estado de São Paulo. Os documentos foram acessados nos *sites* das referidas universidades.

A partir dos pressupostos descritos por Marconi e Lakatos (1996), a pesquisa documental contempla a coleta de dados em fontes que são consideradas primárias, sendo estes documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos, a arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Nesta pesquisa, os documentos analisados são específicos de instituições de ensino superior.

Resultados e Discussão

Os resultados foram decorrentes da análise dos documentos das referidas universidades. Desta forma, identificou-se as seguintes categorias de análise, a partir da análise de conteúdo de Bardin (2010): modalidade de ensino; carga horária das disciplinas de Libras; objetivos

propostos; conteúdos teóricos e práticos; metodologias destacadas nos documentos analisados.

Categoria 1 - Modalidade de ensino. As modalidades de ensino das disciplinas foram identificadas como “presencial” e “a distância”. A partir do Quadro 1, observa-se a predominância da modalidade presencial nos cursos de Pedagogia, somente três cursos da Unesp apresentam a oferta na modalidade a distância, correspondendo a 27%. A partir de um projeto iniciado em 2012, a Unesp propôs o oferecimento de uma disciplina que contemplasse o ensino de Libras para os cursos de graduação na modalidade de Educação a distância (Unesp, 2013).

Quadro 1 – Relação das Universidades, disciplina de Libras e Modalidade de Ensino

Universidade	Disciplina	Modalidade de Ensino	Obrigatória/Optativa	Semestre
UFSCar- São Carlos	Introdução à Língua Brasileira de Sinais- Libras	Presencial	Obrigatória	5º semestre
UFSCar- Sorocaba	Língua Brasileira de Sinais (Libras) Aplicada à Licenciatura em Pedagogia	Presencial	Obrigatória	5º semestre
Unesp- Araraquara	Língua Brasileira de Sinais- Libras	Presencial	Obrigatória	7º semestre
Unesp- Bauru	Libras, Educação Especial e Inclusiva	a distância	Obrigatória	4º semestre
Unesp- Marília	Língua Brasileira de Sinais- Libras	Presencial	Obrigatória	6º semestre
Unesp- Presidente Prudente	Paradigmas inclusivos e didática de Libras	Presencial	Obrigatória	3º semestre
Unesp- Rio Claro	Libras, Educação Especial e Inclusiva	a distância	Obrigatória	8º semestre
Unesp- São José do Rio Preto	Libras, Educação Especial e Inclusiva	a distância	Obrigatória	6º semestre
Unicamp	Educação de Surdos e Língua de Sinais	Presencial	Obrigatória	8º semestre
USP- Ribeirão Preto	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	Presencial	Obrigatória	6º semestre
USP- São Paulo	LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais	Presencial	Obrigatória	7º semestre

Fonte: elaboração própria

Os desafios da disciplina de Libras a distância, em se tratando de uma língua visogestual, perpassam pelo oferecimento de uma equipe maior, com profissionais de diferentes áreas, para atender as demandas de um ensino remoto, como descrito por Sell e Neves (2015), ao analisarem a disciplina de Libras no curso de Pedagogia a distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), necessitou-se de uma equipe com quatro professores, três

ouvintes e um surdo; seis tutores, dois ouvintes e quatro surdos, em que todos os membros da equipe se comunicavam em Libras. Diferentemente das unidades analisadas neste presente estudo, na UDESC o curso de pedagogia era a distância, porém nos casos analisados, os cursos de pedagogia são presenciais, necessitando-se de uma descrição clara na matriz curricular e no projeto político pedagógico de que esta disciplina é ofertada na modalidade a distância.

O estudo de Maltoni, Torres e Santos (2021) teve como objetivo analisar a disciplina de Libras nos cursos de licenciatura em Química de três universidades estaduais paulistas na modalidade a distância e enfatizam que, segundo o estudo de Santos *et al.* (2015, p. 216), “o ensino ministrado desta forma tende a ser simplificado, com enfoque em conteúdos teóricos e que valorizam um ensino mais individualizado e autônomo do aluno”.

Cabe aqui dizer que não queremos deslegitimar o ensino a distância, mas acreditamos que o ensino presencial propicia muito mais experiências, troca, dinamismo, práticas, conversas, curiosidades, interações e assim segue uma lista das infinitas possibilidades da sala de aula (Maltoni; Torres; Santos, 2021, p. 2013).

Uma reflexão importante deve ser realizada quanto à compreensão da luta da comunidade surda, dos movimentos sociais travados para que a disciplina de Libras fosse ofertada nos cursos de formação de professores, pensando em construir, no futuro, um sistema de ensino inclusivo e bilíngue para a população surda. Porém, muitas instituições, públicas e privadas, implementam a disciplina somente como um cumprimento da obrigatoriedade legislativa e perdem de vista a efetividade da aprendizagem de seus alunos, fragilizando as conquistas e as lutas desta população. Deve-se, assim, garantir políticas educacionais que direcionem como esta disciplina necessita ser estruturada e ofertada com vistas a garantir a aprendizagem dos alunos a uma língua visuo-gestual.

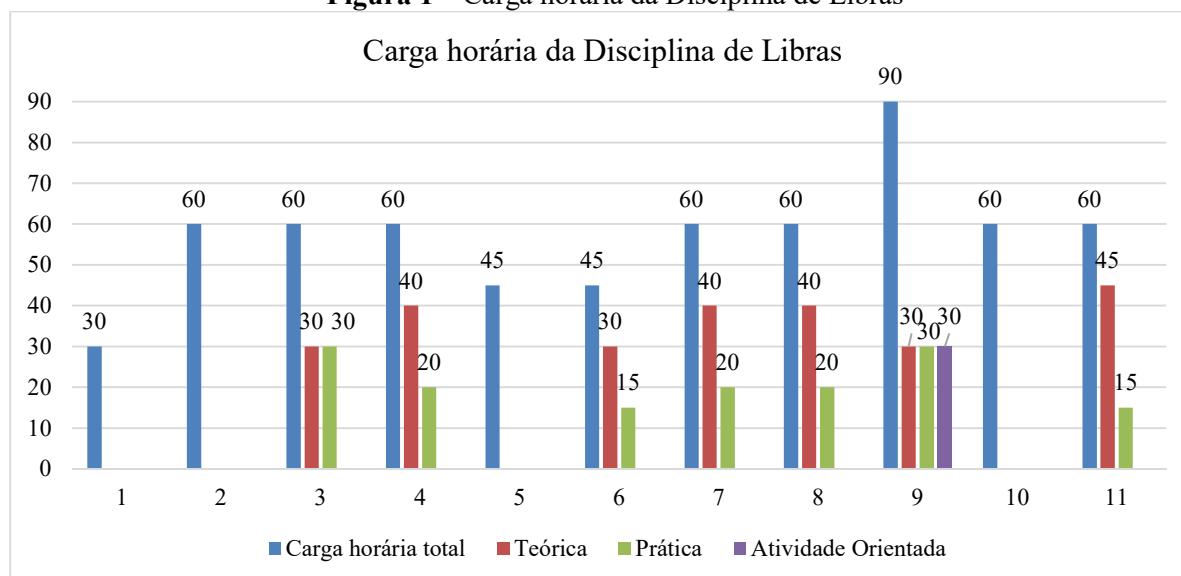
A Disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia, em todas as universidades e unidades analisadas, são ofertadas dentro do quadro das disciplinas obrigatórias, atendendo o Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005), em seu terceiro artigo prevê a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia, em todas as instituições de ensino. Em seguida, no primeiro inciso destaca o curso de pedagogia e no segundo inciso cita que a disciplina pode ser optativa para os demais cursos.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005).

Considera-se pela comunidade surda, pelos pesquisadores da área e profissionais envolvidos, uma enorme conquista a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores. Para além de sua obrigatoriedade em tais cursos, precisa-se avançar em observar e avaliar de forma efetiva como estas disciplinas estão sendo ofertadas, como estão sendo implementadas, considerando indicadores de qualidade, exposição e aquisição da Língua (Santos *et al.*, 2015).

Categoria 2 - Carga horária das Disciplinas de Libras. Nesta categoria é possível visualizar a carga horária total das disciplinas, bem como a carga horária teórica e prática descritas nos documentos analisados. Alguns planos de ensino, projetos políticos pedagógicos e matrizes curriculares não especificaram ou não discriminaram as cargas horárias teóricas e práticas, como pode-se notar na Figura 1.

Figura 1 – Carga horária da Disciplina de Libras



Legenda: 1- UFSCar-São Carlos; 2-UFSCar-Sorocaba; 3-Unesp-Araraquara; 4- Unesp- Bauru; 5- Unesp- Marília; 6- Unesp-Presidente Prudente; 7- Unesp-Rio Claro; 8- Unesp-São José do Rio Preto; 9- Unicamp; 10- USP-Ribeirão Preto; 11- USP-São Paulo.

Fonte: Elaboração própria.

Particularmente, observa-se que algumas universidades não discriminaram a carga horária destinada à teoria e à prática, sendo elas: a UFSCar de São Carlos e de Sorocaba, a Unesp de Marília e a USP de Ribeirão Preto (quatro no total). Sete universidades discriminaram a carga horária teórica e prática: a Unesp de Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto e USP de São Paulo. A descrição da carga horária destinada à Atividade Orientada foi identificada somente no plano de ensino da Unicamp.

Das sete universidades que discriminaram a carga horária teórica e prática, a Unesp de Araraquara oferece 50% de teórica e 50% de prática, a Unesp de Bauru, Rio Claro e São José do Rio Preto, na modalidade a distância, oferecem 67% de carga horária teórica e 33% de prática. A Unesp de Presidente Prudente oferece 67% teórica e 33% prática, porém na modalidade presencial. A Unicamp divide a carga horária igualmente para atividades teóricas, práticas e de atividade orientada, 30 horas para cada atividade. A USP de São Paulo divide 75% da carga horária para atividades teóricas e 25% para atividades práticas.

Uma reflexão que vem ao encontro dos resultados desta pesquisa, expondo a percepção de que o ensino da Libras, em algumas instituições, tem priorizado os conteúdos teóricos em detrimento da prática da Libras, prática esta ligada a vivências com a língua a partir do uso dialógico. Como demonstra o estudo de Vitaliano, Dall'Acqua e Brochado (2013), em que analisaram instituições de ensino superior no estado de São Paulo e Paraná quanto à oferta da disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia, os cursos que restringem em sua ementa a oferta somente da Libras, tem a possibilidade de trabalhar amplamente a Língua.

A carga horária varia de 30 a 90 horas, sendo que uma com carga horária de 30 horas (UFSCar- São Carlos), duas de 45h (Unesp de Marília e Presidente Prudente), sete correspondem a 60 horas (UFSCar de Sorocaba, Unesp de Araraquara; a Unesp de Bauru, Rio Claro e São José de Rio preto na modalidade a distância) e uma de 90h (Unicamp). Portanto, a maioria, 64%, oferece a carga horária de 60 horas, porém três na modalidade a distância.

Os autores Iachinski *et al.* (2019) realizaram um estudo relevante sobre a percepção de 59 discentes de licenciatura de duas universidades de uma cidade da região sul do Brasil a respeito da disciplina de Libras finalizada. Os resultados levantados a respeito da carga horária demonstraram que os discentes a consideraram insuficiente. Enfatizaram que embora a carga horária da disciplina não seja especificada por lei, é um aspecto importante que determinará um

aprofundamento ou não na aquisição da Língua. Uma discussão fundamental deve ocorrer acerca da carga horária necessária para que se atinja o objetivo da disciplina previsto no Decreto 5626/05, que visa favorecer a inclusão das pessoas surdas no ensino básico, bem como o acesso aos futuros professores a uma língua que promova a comunicação com alunos surdos no ambiente escolar e a apropriação do conhecimento acadêmico, ou seja, um objetivo complexo e ambicioso diante do cenário nacional.

A carga horária para atividades práticas deveria ser revista, pois a disciplina se refere à aprendizagem de uma língua e não há como aprender uma língua sem praticá-la. O futuro professor necessita aprender o básico da Língua e definir qual seria a carga horária suficiente para que este objetivo seja alcançado é um aspecto primordial, principalmente porque a carga horária restrita não favorece o uso dialógico da língua, a sua compreensão e comunicação, levando o ensino da Libras à superficialidade (Santos *et al.*, 2015).

Em consonância com a revisão de literatura de Santos e Klein (2015), alguns estudos consideraram a carga horária insuficiente: “a pouca carga horária e a falta da sistematização dos conteúdos são as mais graves, denunciando a ausência de uma formação que proporcione ao pedagogo condições mínimas de atuar na perspectiva bilíngue de educação de surdos” (Santos; Klein, 2015, p. 15).

Categoria 3 - Objetivos destacados nos documentos analisados. Foram analisados os objetivos, categorizando-os conforme as semelhanças entre as universidades como pode-se notar a seguir:

Quadro 2 – Objetivos dos planos de ensino e do Projeto Político Pedagógico

Universidade	Disciplina	Objetivos descritos nos Planos de Ensino ou no Projeto Político Pedagógico das disciplinas
UFSCar- São Carlos	Introdução à Língua Brasileira de Sinais- Libras	“Propiciar a aproximação dos falantes do português de uma língua viso-gestual usada pelas comunidades surdas (Libras) e uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos da sociedade, e especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas” (UFSCar, 2018, p. 67).
UFSCar- Sorocaba	Língua Brasileira de Sinais (Libras) Aplicada à Licenciatura em Pedagogia	“Estabelecer os estudos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) aos cursos de graduação das carreiras que compõem a área de conhecimento “Educação” definidas pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aplicada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia” (UFSCar, 2021, p. 44).
Unesp- Araraquara	Língua Brasileira de Sinais- Libras	“Geral: Favorecer a aproximação entre surdos e ouvintes por meio da Libras promovendo ações de inclusão social e educacional por meio da comunicação em língua de sinais. Específicos: - Compreender as especificidades da pessoa surda e as concepções sobre a surdez; - Conhecer o contexto histórico e os modelos de educação voltados ao aluno surdo; - Refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo a partir da perspectiva inclusiva e bilíngue; - Apresentar o vocabulário básico da Libras de forma dinâmica e prática” (Unesp-FCLAr, s.d., p.2)
Unesp- Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto	Libras, Educação Especial e Inclusiva (Bauru, Rio Claro e São José do Rio Preto). Paradigmas inclusivos e didática de Libras (Presidente Prudente)	“Analisar o histórico e políticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e as concepções pedagógicas aplicadas a estudantes com deficiências; • Discutir sobre o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem na Educação Especial e Inclusiva e as especificidades do Atendimento Educacional Especializado; • Refletir sobre a necessidade de mudança no paradigma escolar e na matriz curricular para que haja a valorização das diferenças em uma perspectiva de ensino de qualidade para todos; • Verificar de que forma o uso de Tecnologia Assistiva pode auxiliar o processo ensino e aprendizagem na Educação Especial e no desenvolvimento de projetos em uma abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa; • Analisar a importância da Inclusão de pessoas surdas na sala comum e estudar a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e suas características básicas (prática); • Conhecer Leis e Decretos que dispõem sobre a Libras como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de licenciatura, em nível médio e superior, visando à formação de professores para o exercício do magistério; • Identificar a diversidade linguística e cultural dos estudantes e estudar a proposta bilíngue e apropriar-se da prática de Libras Básica e Intermediária” (Unesp, 2019, 2022, p.2)
Unesp- Marília	Língua Brasileira de Sinais- Libras	“Promover o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de professores com vistas a favorecer a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e de educação bilíngue para surdos no Brasil” (Unesp- FFC, 2022, p.2)
Unicamp	Educação de Surdos e Língua de Sinais	Não descrito
USP- Ribeirão Preto	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	“Discutir os marcos históricos da educação dos surdos; as atuais políticas linguística, educacional e da saúde voltadas aos sujeitos surdos; e a importância da língua brasileira de sinais (Libras) para o desenvolvimento de linguagem das crianças surdas e para sua aprendizagem. Conceituar educação bilíngue de surdos e diferenciá-la da educação “inclusiva”. Possibilitar aos alunos conhecimentos básicos quanto ao uso da língua brasileira de sinais em seus aspectos discursivos, tanto para a comunicação cotidiana quanto para a prática educacional” (USP-FFCLRP, 2022, p.1)
USP- São Paulo	LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais	“Abordar a trajetória histórica da educação de surdos, sob perspectiva mundial e no Brasil a partir da fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos; - Possibilitar a compreensão, a reflexão e o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais - Libras, numa perspectiva histórica, social, cultural, educacional e linguística; - Estudar e analisar a constituição da Língua Brasileira de Sinais em seus diferentes níveis linguísticos; - Contribuir para o aprimoramento da formação dos alunos para a atuação junto à comunidade surda; - Favorecer o acesso ao conhecimento da cultura/identidade surda e educação bilíngue; - Propor vivências práticas para a aprendizagem de Libras; - Desenvolver práticas de tradução e interpretação de Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa” (USP-FE, 2024, p.1)

Fonte: elaboração própria.

Semelhanças se apresentam nos objetivos da UFSCar- São Carlos, Unesp- Araraquara e Unesp-Marília. A UFSCar-São Carlos destaca que o objetivo da disciplina é propiciar a aproximação de ouvintes com a Libras; comunicação entre surdos e ouvintes, o enfoque está na aprendizagem da língua para que os alunos possam se comunicar com surdos. Desta forma, o ensino prático da língua é o principal objetivo desta disciplina.

Os objetivos da Unesp-Araraquara destacam: favorecer a aproximação de ouvintes com a Libras; comunicação entre surdos e ouvintes em Libras, enfatizando a aprendizagem da Língua. Porém, nos objetivos específicos há uma descrição de objetivos voltados para a aprendizagem teórica como a compreensão específica da surdez, história da educação de surdos, educação inclusiva e bilíngue e por fim um objetivo voltado para a prática da língua.

A Unesp-Marília destaca o objetivo em promover o uso da Libras e sua difusão; práticas pedagógicas inclusivas e educação bilíngue. Enfatiza a aprendizagem da Língua e a formação dos professores com vistas a uma prática pedagógica inclusiva e bilíngue. Desta forma, são dois objetivos que mereceriam duas disciplinas, uma direcionada à aprendizagem da Língua e outra para as práticas pedagógicas inclusivas e bilíngues, sendo esta última propensa ao ensino de alunos surdos, considerando a sua diferença linguística.

No Decreto 5626/05 a disciplina de Libras tem por finalidade a disseminação e aprendizagem da Língua para as Licenciaturas e prevê a oferta de uma outra disciplina dirigida à formação dos licenciandos em práticas pedagógicas bilíngues, como pode-se notar a seguir:

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (Brasil, 2005).

A USP-São Paulo oferece, além da disciplina de Libras, uma outra disciplina de 60h denominada “Educação de Surdos: Fundamentos e Perspectivas Contemporâneas”, enfatizando a educação de surdos. A Unesp-Marília oferta, além da disciplina de Libras, a disciplina “Comunicação e sinalização diferenciadas na Educação Especial”, de 90h, sendo 30h destinada à educação de surdos, Libras e a apropriação da L2 (Língua Portuguesa escrita) por surdos usuários da Libras em propostas educacionais bilíngues, porém somente cursam esta disciplina,

os alunos que selecionaram, no último ano, a área da educação especial como aprofundamento.

No plano de ensino da Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto, há uma divisão de duas temáticas: Educação Especial e Inclusiva; Libras. Os objetivos voltados para a Educação Especial e Inclusiva são complexos e justificariam uma disciplina específica, pois envolve o ensino da história da Educação Especial e inclusiva, políticas e legislações, papel do professor, Atendimento Educacional Especializado, tecnologia assistiva.

Desta forma, não há relação com a Libras, nem com a educação bilíngue de surdos, visto que a partir de uma visão socioantropológica da surdez e a partir da alteração da LDB 9394/96, pela Lei 14.191 de 2021, a educação bilíngue de surdos passa a ser uma modalidade de ensino específica e não está mais associada à educação especial.

Os objetivos referentes à Libras nestas unidades da Unesp são: inclusão dos surdos, estudo da Libras (prática); legislação; diferença cultural e linguística; educação bilíngue; prática de Libras básica e intermediária. Observa-se que, claramente, os objetivos voltados para a Libras seriam mais bem atendidos em uma disciplina específica de Libras, como destacado no Decreto 5626/05.

Nos documentos da UFSCar-Sorocaba há a descrição do objetivo que se apresenta sucintamente, perpassando pelo ensino de estudos da Libras no curso de Pedagogia. Não há um detalhamento do que se espera que o aluno atinja com a disciplina.

Com relação à disciplina de Libras na USP-Ribeirão Preto, perpassa pela história, política, a importância da Libras para a população surda, educação bilíngue de surdos e sua diferença com relação à educação inclusiva, aprendizagem da Língua em nível básico. A USP-São Paulo também perpassa pela história, aprendizagem da Libras, educação bilíngue de surdos. Um objetivo diferenciado no plano de ensino foi o de “Desenvolver práticas de tradução e interpretação de Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa”, visto que exige do aluno um nível de conhecimento em Libras para realização de tradução e interpretação, demonstrando-se um conhecimento relevante para a formação profissional.

Categoria 4 - Conteúdos Teóricos e Práticos. Os conteúdos foram destacados nos planos de ensino e foram descritos a seguir, realizando-se um agrupamento, porém é possível observar que há diferentes denominações para o mesmo conteúdo.

Os conteúdos referentes à conceitualização e classificação da surdez aparecerem nos

planos de ensino da UFSCar-São Carlos “Surdez e Linguagem” e de Sorocaba “Surdez, linguagem e cognição”; Unesp-Araraquara “Conceitos básicos sobre a surdez”; Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto “Histórico e conceituação da pessoa surda”; Unesp-Marília “Desenvolvimento linguístico, cultural e educacional dos surdos” e USP-São Paulo “Classificação e etiologia da surdez e deficiência auditiva”. Na Unicamp e USP-Ribeirão Preto não estão destacadas estas temáticas. Desta forma, nove universidades, 82% apresentam este conteúdo em seus planos de ensino.

O conteúdo direcionado à educação bilíngue de surdos recebe denominações diferenciadas. Algumas universidades citam a educação bilíngue juntamente com o termo inclusiva como na UFSCar-São Carlos e de Sorocaba “Educação Inclusiva bilíngue”. Algumas universidades destacam as abordagens educacionais- Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo, que perpassa pela abordagem do bilinguismo, como no caso da Unesp-Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto: “abordagens educacionais” na Unesp de Araraquara e “Oralismo/Bilinguismo/Comunicação total” na Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto. Na Unesp- Marília: “Educação bilíngue para os surdos frente às políticas educacionais inclusivas”; Na Unicamp “projetos de educação bilíngue” e na USP-Ribeirão Preto e USP -São Paulo respectivamente “Educação bilíngue de surdos” e “educação inclusiva e escolas bilíngues para surdos”. Conclui-se que todas as universidades, 100%, perpassam pela temática da Educação Bilíngue de Surdos.

Todos os planos de ensino, 100%, apontam o conteúdo envolvendo a Estrutura Linguística e Gramática da Libras, com denominações diferenciadas. UFSCar-São Carlos e de Sorocaba “Estrutura e gramática da Libras”; Unesp-Araraquara “Libras: aspectos legais e gramaticais”; na Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto “Introdução à estrutura linguística da Libras”. A Unesp- Marília “Estudos linguísticos da Libras”; a Unicamp “Estudo sobre os parâmetros que caracterizam a Libras como língua”; USP-Ribeirão Preto “Língua brasileira de sinais: aspectos discursivos” e USP-São Paulo “Aspectos gerais e gramaticais da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS”.

O Ensino Prático da Libras não é citado na UFSCar-Sorocaba o ensino prático da Libras. UFSCar-São Carlos cita “Ensino Prático”; na Unesp-Araraquara cita “Ensino Prático da Libras-nível Básico”; Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto, consta-se

o conteúdo “Prática de Libras (Alfabeto manual ou datilológico, Sinal, Números, Datas, Dias da Semana, Pessoas, Cores, Matérias Escolares, Natureza, Adjetivos, Alimentação, Família, entre outros)”. A Unesp-Marília destaca a “Libras em situação discursiva em sala de aula e em atividades extraclasse”; Unicamp “Conhecimentos teórico-práticos introdutórios de Libras”; USP-Ribeirão Preto “Aprendizagem da língua brasileira de sinais”; USP- São Paulo “Aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais Libras”; “Ensino de Libras em nível básico”. Desta forma, dez universidades destacam o ensino prático de Libras, 91% das universidades analisadas.

Pesquisas, de acordo com Santos *et al.* (2015, p. 212), destacam a importância da aprendizagem da Libras a partir de seu uso, além de indicarem que há uma simplificação dos conteúdos e um ensino aligeirado na disciplina de Libras:

Quando a Libras é ensinada no espaço acadêmico (vale ressaltar que inúmeras disciplinas ensinam “sobre” a Libras, e não a língua propriamente dita), este ensino dá-se de forma instrumental, com enfoque em itens lexicais e vocabulário básico para uso em determinadas situações, demonstrando uma visão comunicativa de ensino de língua. Se o que se pretende é o ensino de vocabulário, não seria necessário estar em sala de aula, bastaria ofertar um dicionário aos alunos. O futuro professor deve aprender o básico da Libras, principalmente pela restrita carga horária da disciplina, porém a língua deve ser posta em uso, os alunos devem ser expostos a atividades dialógicas nesta língua, visando à compreensão – e não apenas à comunicação.

A história da Educação dos surdos: os conteúdos específicos, denominados história da educação apareceram nas seguintes universidades: UFSCar- Sorocaba “História da Educação surdos no mundo e no Brasil”; Unesp-Araraquara “História da educação de surdos no Brasil e no mundo”; Unesp-Marília “Aspectos históricos das línguas de Sinais na educação dos surdos”; Unicamp “história da educação e as organizações dos movimentos políticos dos surdos” (associa a história da educação de surdos aos movimentos políticos); USP- Ribeirão Preto “História da educação dos surdos e as atuais políticas linguísticas, educacionais e de saúde voltadas ao sujeito surdo” (também associa a história da educação às políticas: linguísticas, educacionais e de saúde), totalizando cinco universidades, 45%. Conteúdos que citam a história, mas não especificam a história da educação: Unesp- Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto “Histórico e conceituação da pessoa surda” (a partir desta descrição não há uma ênfase na história da educação de surdos); (neste caso enfatiza a história da Língua de

sinais na educação de surdos); USP-São Paulo “Aspectos históricos e culturais da surdez e da deficiência auditiva” (associa a história da surdez e da deficiência auditiva”, não suscita a história da educação). Somente UFSCar-São Carlos não destaca o conteúdo de história.

Políticas e Legislação: UFSCar-Sorocaba “movimentos políticos dos surdos”; Unesp-Araraquara “Libras: aspectos legais e gramaticais” (os aspectos gramaticais foram classificados nos conteúdos sobre estrutura linguística e gramática da Libras); Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto “Conhecimento sobre a legislação que assegura a educação da Pessoa Surda”, Unesp-Marília “Políticas atuais sobre o uso e a difusão da LIBRAS”; Unicamp “história da educação e as organizações dos movimentos políticos dos surdos” (a história da educação foi descrita no conteúdo acima, como pode-se notar, a apresentação do conteúdo de história da educação está atrelada a apresentação concomitante dos movimentos políticos). Da mesma forma aparece no plano de ensino da USP- Ribeirão Preto “História da educação dos surdos e as atuais políticas linguísticas, educacionais e de saúde voltadas ao sujeito surdo”, a apresentação concomitante da história e das políticas. USP-São Paulo “Políticas educacionais e surdez: legislação internacional e nacional” destaca um novo conteúdo que é a legislação internacional. Somente a UFSCar-São Carlos não traz a legislação e as políticas. Contudo, dez universidades apontaram este conteúdo, totalizando 91%.

Língua, cultura e identidade surda: Unesp-Araraquara “Cultura e Identidade surda”; Unesp-Marília “Desenvolvimento linguístico, cultural e educacional dos surdos”; Unicamp “comunidades surdas e suas produções culturais”; USP- São Paulo “Língua, identidade e cultura surda”. Somente quatro universidades evidenciaram este conteúdo, sendo um total de 36%.

Processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda: caracterizou-se este conteúdo por temáticas variadas referentes à escolarização da pessoa surda, considerando: a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua, a Libras e a escolarização da pessoa surda, inclusão educacional etc. A Unesp-Araraquara “Acessibilidade e inclusão educacional de surdos”, “Estratégias e recursos de ensino-aprendizagem para surdos”; Unesp- Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto “Planos de Ensino Individualizados para estudantes surdos”; Unicamp “Abordagens pedagógicas no Ensino da pessoa surda”, USP-Ribeirão Preto “O uso da língua brasileira de sinais na educação de sujeitos surdos”; USP-São Paulo “A escolarização da pessoa surda”, “Ensino e aprendizagem da língua portuguesa como segunda

língua para surdos”, “A Libras na educação de surdos”. Das universidades avaliadas, oito apontaram temáticas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda, contabilizando 73%.

Os conteúdos a respeito da Tradução e Interpretação da Libras apareceram na Unesp-Marília “A atuação do intérprete na educação do surdo em contextos educacionais bilíngues inclusivos”; USP-São Paulo “Tradução e interpretação de Libras para língua portuguesa e vice-versa”, computando 18% das universidades.

A Formação de professores foi destacada somente na Unesp-Araraquara “Formação de professores para atuar junto ao aluno surdo”. E na Unicamp a “Relação língua e constituição do sujeito humano” que também aparece somente nesta universidade. Os conteúdos previstos pelas unidades da Unesp-Bauru, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, voltados para a educação especial e inclusiva não foram analisados.

Em concordância com os conteúdos encontrados na presente pesquisa, observa-se os conteúdos destacados por Santos *et al.* (2015, p. 209) quanto às temáticas que devem ser contempladas na formação de professores da educação básica, sendo: “língua de sinais e a surdez, possibilitando, assim, a comunicação mínima com alunos surdos, bem como a consideração de sua especificidade linguística e perceptual”.

Categoria 5 - Metodologias destacadas nos documentos analisados. A UFSCar de São Carlos e de Sorocaba e a Unicamp não apresentaram nos documentos as descrições referentes às metodologias utilizadas. As outras universidades destacaram: aulas expositivas e dialogadas; leituras e discussões de textos; aulas práticas de Libras.

As aulas práticas de Libras devem objetivar a aprendizagem discursiva da Língua. Este pressuposto vem ao encontro da teoria de Bakhtin (2003) em que tem como objeto de estudo o uso da língua e não a sua estrutura linguística, a unidade da língua. Desta forma, defende que a comunicação acontece por meio de enunciados, gêneros discursivos e, somente por meio deles, assimilamos uma língua. Contudo, defende que saber escolher o gênero mais adequado a cada situação é uma prática social, é uma competência sociocomunicativa (habilidades de leitura, escrita e conhecimento de mundo que fará o sujeito entender qual é o mais adequado ou não para cada situação em que ele se encontra). Assim, a disciplina de Libras, em sua dimensão prática, deve considerar que o professor em formação somente aprenderá essa língua quando

estiver diante de metodologias que tenham como base ações interativas, visando as práticas discursivas.

Considerações Finais

Como resultado das análises realizadas nos documentos, pode-se observar semelhanças e divergências na oferta da disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia. Embora não haja nenhuma orientação política sobre como a disciplina deve ser organizada e estruturada, seria importante despende esforços para que alguns aspectos fossem minimamente garantidos, como a carga horária total e a destinada à teoria e prática, conteúdos que sejam pré-requisitos, dentre outros aspectos.

De acordo com os dados analisados, referente à modalidade de ensino, há predominância da modalidade presencial. Apenas três cursos da Unesp apresentam a oferta na modalidade a distância nos cursos de pedagogia, porém, em todas as universidades e unidades analisadas, a disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia são ofertadas dentro do quadro das disciplinas obrigatórias, em consonância com o Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005).

A análise da carga horária proporcionou um panorama das disciplinas ofertadas e se estas atingem os objetivos esperados, visto que a carga horária variou em grande medida, de 30 a 90 horas, a maioria (sete universidades) oferece a carga horária de 60 horas, porém três na modalidade a distância. Outro aspecto analisado na categoria carga horária, refere-se à divisão da carga horária em teórica e prática e a importância dos planos de ensino discriminarem e cumprirem a carga horária prática para o ensino da língua.

Constitui-se como categorias de análise também os objetivos, conteúdos teóricos e práticos e metodologias que demonstraram o que as universidades analisadas têm considerado como fundamental no ensino de Libras, fornecendo informações de como organizam a disciplina, uma vez que podem ser consultadas e consideradas como referência para outras universidades e instituições de ensino superior no cenário nacional.

O estudo foi conduzido em somente quatro universidades públicas do estado de São Paulo, porém se desconhece, em âmbito nacional, como a disciplina tem se configurado nas demais instituições de ensino superior. Desta forma, pesquisas futuras poderiam ser direcionadas neste sentido, além de ouvirem o que os alunos têm a dizer sobre as disciplinas de

Libras, como estão sendo as experiências nas universidades brasileiras, observando a apropriação do conhecimento e indicadores de qualidade para verificar se tem sido suficiente para garantir a formação dos futuros professores para o ensino de alunos surdos que se comunicam por meio da Libras.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.
- BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**.
- BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. **Lei n. 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de ago. de 2021.
- COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje**: posição sujeito e identidade. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2010.
- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FERNANDES, Eulália. Teorias de aquisição da linguagem. In: GOLDFELD, Marcia. (org.). **Fundamentos de Fonoaudiologia**: linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 1-13.
- GESSER, Audrei. **LIBRAS?** que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
- GRANEMANN, Jussara Linhares. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como L1 para estudantes surdos nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revelli**, v.9 n.2. p. 270-282. Junho/2017.
- IACHINSKI, Luci Teixeira *et al.* A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura: visão do futuro docente. **Audiology Communication Research**, 24, e 2070, 2019.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira. **Tenho um**

aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2013, p. 165-183.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: **Uma escola duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LODI, Ana Cláudia Balieiro *et al.* **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 49-69.

LODI, Ana Cláudia Balieiro; LUCIANO, Rosana de Toledo. Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (orgs.). **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 33-50.

MALTONI, Naira Biagini; TORRES, Júlio Cesar; SANTOS, Thalita Alves. Libras como componente curricular obrigatório: um olhar para os cursos de licenciatura em química das três universidades estaduais paulistas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. esp.4, p. 2004-2017, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15936>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior. **Cadernos do CEOM**, ano 21, n. 28, p. 191-206, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/161>. Acesso em: 22 mar. 2024.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes** - uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

SANTOS, Angela Nediane; KLEIN, Madalena. Disciplina de libras: o que as pesquisas acadêmicas dizem sobre a sua inserção no ensino superior? **Revista Reflexão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 9-29, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v23i3.6147>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Lara Ferreira dos. *et al.* Desafios tecnológicos para o ensino de libras na educação a distância. **Comunicações**, ano 22, n. 3, p. 203-219, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v22n3p203-219>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Lara Ferreira; CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. O ensino de libras para futuros professores da educação básica. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tenho um**

aluno surdo, e agora? Introdução a libras e a educação de surdo. São Carlos: Edufscar, 2013. p. 237-250.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SELL, Fabíola Ferreira Sucupira.; NEVES, Bruna Crescêncio. Desafios metodológicos para o desenvolvimento da disciplina de Libras no curso de pedagogia na modalidade a distância da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Em Rede: Revista de Educação a Distância**, v. 2, n. 1, p.51- 63, 2015. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/36/39>. Acesso em: 22 jan. 2024.

UNESP. **Cursos de graduação da Unesp oferecem disciplina de Libras**, 2013. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/11787/cursos-de-graduacao-da-unesp-oferecem-a-disciplina-libras/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

VITALIANO, Celia Regina; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza; BROCHADO, Sônia Maria Dechandt. A disciplina Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Boletim Técnico do Senac**, v. 39, n. 2, p.106-121, 2013. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/35>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZYCH, Anísia Costa. Os aportes da educação de surdos decorrentes do Decreto federal n. 5.626/05. **Anacleto**, v. 9, n. 2, p. 113-125, 2008. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/anacleto/article/view/1738/0>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Submissão em: 25/02/2026

Aceito em: 09/03/2026

Citações e referências
conforme normas da:

